



# REALIZAÇÃO



# PATROCÍNIO



# PARCEIROS



## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Congresso Nacional de Arquivologia (6 : 2014 : Santa Maria)

Congresso Nacional de Arquivologia, 20 a 23 de outubro de 2014, Santa Maria [recurso eletrônico] : Arquivologia, sustentabilidade e inovação / organizado por Débora Flores, Andréa Gonçalves dos Santos e Flavia Helena Conrado ; coord. Daniel Flores.; revisado por Sérgio Ricardo Rodrigues [realização Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul] – Santa Maria : AARS, 2014.

Versão eletrônica. ; il. ; 4 ¼ pol.

ISBN: 978-85-68533-01-7

1. Arquivologia - Congresso. 2. Sustentabilidade. 3. Inovação. I. Flores, Débora., org. II. Santos, Andréa Gonçalves do., org. III. Conrado, Flávia Helena., org. IV. Flores, Daniel., coord. V. Rodrigues, Sérgio Ricardo., revisor V. Título: Arquivologia, sustentabilidade e inovação.

CDU: 930.25:658

## Comissão Organizadora do VI CNA



Andrea Gonçalves dos Santos - Mestrado  
Camila Lacerda Couto - Especialização  
Cléo Belício Lopes - Especialização  
Daniel Flores - Pós-Doutorado  
Débora Flores - Mestrado  
Denize Brum Camargo - Graduação  
Flavia Helena Conrado - Mestrado  
Jorge Alberto Soares Cruz - Mestrado  
Maria Cristina Kneipp Fernandes - Especialização  
Mateus de Moura Rodrigues - Especialização  
Raquel Miranda da Silva - Especialização  
Rita de Cássia Portela da Silva - Mestrado  
Rosani Gorete Feron - Especialização  
Valéria Raquel Bertotti - Mestrado  
Viviane Portella de Portella - Mestrado

## Comissão Central de Programação Científica



Prof. Dr. Daniel Flores (UFSM) - Presidente  
Prof. Dr. André Zanki Cordenonsi (UFSM) - Membro  
Prof. Me. Jorge Alberto Soares Cruz (UFSM) - Membro  
Prof. Dr. José Maria Jardim (UNIRIO) - Membro  
Prof. Dr. Rafael Port da Rocha (UFRGS) - Membro  
Profa. Ma. Valéria Raquel Bertotti (UFRGS) - Membro

## Secretaria de apoio da Comissão Central de Programação Científica



Arquiv. Ma. Andrea Gonçalves dos Santos (FURG) - Membro  
Arquiv. Mnda. Daiane Segabinazzi Pradebon - Membro  
Arquiv. Ma. Flavia Helena Conrado (IFRS/ POA) - Membro  
Arquiv. Ma. Neiva Pavezi (UFSM) - Membro

## Comissão de Pareceristas - Avaliadores



Alicia Casas de Barran (EUBCA) - MERCOSUL  
Ana Celeste Indolfo (Arquivo Nacional) - Inst. Arquivísticas  
Ana Célia Rodrigues - UFF  
André Malverdes - UFES  
Angelica Alves da Cunha Marques - UnB  
Anna Carla Almeida Mariz - UNIRIO  
Anna Szlecher (UnC) - MERCOSUL  
Aurora Leonor Freixo - UFBA  
Beatriz Kushnir (AGCRJ) - Inst. Arquivísticas  
Carla Mara da Silva Silva- UFAM  
Carlos Augusto Silva Ditadi - Conarq  
Carlos Blaya Perez - UFSM  
Cíntia das Chagas Arreguy - UFMG  
Dhion Carlos Hedlund - FURG  
Eliana Maria dos Santos Bahia - UFSC  
Eliandro dos Santos Costa - UEL  
Eliezer Pires da Silva - UNIRIO  
Fernanda Kieling Pedrazzi - UFSM  
Flávio Leal da Silva - UNIRIO  
Francisco José Aragão Pedroza Cunha - UFBA  
Hamilton Vieira de Oliveira - UFPA  
Heloísa Liberalli Bellotto - USP  
Janilton Fernandes Nunes - UFAM  
João Eurípedes Franklin Leal - Conarq  
Jorge Eduardo Enriquez Vivar - UFRGS  
José Augusto Chaves Guimarães - UNESP  
Josemar Henrique de Melo - UEPB  
Julianne Teixeira e Silva - UFPB  
Katia Isabelli de Bethânia Melo de Souza - UnB  
Leandro Ribeiro Negreiros - UFMG  
Marcieli Brondani de Souza - UFAM  
Margarete Farias de Moraes - UFES  
Maria Do Rocio Fontoura Teixeira - UFRGS  
Maria Laura Rosas (EUBCA) - MERCOSUL  
Maria Leandra Bizello - UNESP  
Maria Teresa Navarro de Britto Matos - UFBA  
Maria Virginia Moraes de Arana - UFES  
Mateus de Moura Rodrigues - FURG  
Paulo Roberto Elian dos Santos (Fiocruz) - Inst. Arquivísticas  
Lucivaldo Vasconcelos Barros - UFPA  
Luiz Eduardo Ferreira da Silva - UFPA  
Renato Tarciso Barbosa de Sousa - UnB  
Rita de Cassia Portela da Silva - UFRGS  
Rosa Zuleide Lima de Brito - UFPB

Rosane Suely Alvares Lunardelli - UEL  
Sérgio Renato Lampert - FURG  
Sônia Elisabete Constante - UFSM  
Telma Campanha de Carvalho Madio - UNESP  
Úrsula Blattmann - UFSC  
Welder Antônio Silva - UFMG

## **Comissão de Apoio**



### **Secretária**

Melina Pereira

### **Comissão de Divulgação**

Everton Tolves  
Pâmela Menezes Flores  
André Grendene Azevedo  
Maria Eduarda Flores

### **Comissão de Transportes**

Daiane Regina Segabinazzi Pradebon  
Comissão Artística  
Arion Pilla

### **Comissão de Projetos**

Jonas Ferrigolo Melo  
Juliana Kirchhof  
Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues

### **Comissão de Inscrições, Credenciamento e Certificados**

Camila Medeiros  
Tamiris Carvalho  
Catiana Ramiro

### **Comissão de Infraestrutura**

Adriéli Mello  
Douglas Duarte

### **Editoração e Revisão**

Sérgio Ricardo da Silva Rodrigues



**Associação dos Arquivistas do RS - AARS**

**Biênio 2013 - 2015**

**Diretoria**

PRESIDENTA: Débora Flores

VICE-PRESIDENTA: Andrea Gonçalves dos Santos

1ª SECRETÁRIA: Camila Lacerda Couto

2ª SECRETÁRIA: Maria Cristina Kneipp Fernandes

1ª TESOUREIRA: Raquel Miranda da Silva

2º TESOUREIRO: Cléo Belicio Lopes

**CONSELHO FISCAL - TITULARES**

Denize Camargo

Rosani Gorete Feron

Viviane Portela de Portela

**CONSELHO FISCAL - SUPLENTES**

Daniel Flores

Flavia Helena Conrado

Jorge Alberto Soares Cruz



## SUMÁRIO

Sobre o Evento.....	<b>09</b>
AARS.....	<b>11</b>
Comunicações Orais – Eixo Epistemologia da Arquivologia e Formação Profissional.....	<b>12</b>
Comunicações Orais – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>328</b>
Comunicações Orais – Eixo Acesso à Informação.....	<b>370</b>
Comunicações Orais – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais.....	<b>615</b>
Comunicações Orais – Eixo Patrimônio Documental e Memória.....	<b>730</b>
Comunicações Orais – Eixo Gestão Documental.....	<b>949</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Documentos Arquivísticos Digitais...	<b>1121</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Inovação e Sustentabilidade em Arquivos.....	<b>1143</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Gestão Documental.....	<b>1168</b>
Comunicações Pôsteres – Eixo Patrimônio Documental e Memória .....	<b>1220</b>

## SOBRE O EVENTO

### **VI CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA VI CNA - 2014 Santa Maria - RS**

A realização do Congresso Nacional de Arquivologia é o resultado do envolvimento e da cooperação das associações regionais de arquivistas que unem esforços com a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – ENARA – criada em 2006 durante o II CNA ocorrido em Porto Alegre –, ademais da comunidade arquivística, atuante nas discussões em prol do desenvolvimento da Arquivologia.

Realizar um congresso, grandioso e importante como este para os profissionais arquivistas, é um trabalho árduo, mas também prazeroso, pois é ele um marco para o avanço da teoria arquivística e de suas tecnologias para a comunidade brasileira. Comunidade esta, cada vez mais, exigente e consciente da importância da gestão documental e informacional, considerando não somente a atividade fim da arquivística, mas ainda, sob um olhar na sustentabilidade e nas inovações que contribuem para o desenvolvimento e uma melhor aplicabilidade da gestão documental nas empresas e demais espaços de atuação do profissional arquivista.

Assim, em um congresso nacional como este, é sabido que as discussões geradas neste grandioso evento, espaço para o conhecimento e debates teóricos, enriquecem ainda mais a comunidade científica e ampliam, conseqüentemente, as discussões acerca da Arquivologia e sua teoria no Brasil.

Como contribuição para os profissionais envolvidos no evento, que ocorre na união de uma comunidade nacional em um mesmo espaço, enriquece a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, representando, portanto, um elemento importante no desenvolvimento da comunidade científica no âmbito da educação superior contemporânea.

Os congressos nacionais de arquivologia, que vêm acontecendo desde 2004, têm contribuído significativamente às discussões de classe. Cada evento vem carregado de ideias e visões, que ao longo dos dias são debatidas pela comunidade arquivística, resultando assim em novos conceitos, novos conhecimentos, potencializando o papel do arquivista na sociedade contemporânea, sendo o cerne do desenvolvimento de políticas e leis que se tornaram referência em outras áreas do conhecimento.

A realização deste evento é a oportunidade de atualização dos profissionais participantes, explorando novas tendências na gestão documental, trazendo-se temas de abordagem contemporânea e oportunizando, ainda, a presença de palestrantes de renome nacionais e internacionais.

As comissões organizadora e científica somam esforços para apresentar uma programação que venha fomentar amplo debate sobre as questões da atualidade na gestão arquivística e da gestão da informação, com vista a construir uma perspectiva para evidenciar as discussões acadêmica e científica, considerando as diferentes dimensões, na dicotomia: educação superior e vida profissional. Isso significa fortalecer os princípios para com a arquivística e a gestão da informação, propiciando uma formação acadêmica e uma atuação profissional que articule

organicamente com o conhecimento científico, técnico, político e, ainda, uma postura ética.

A interação entre as diversas formações e campos de atuação do profissional, proporciona troca e difusão de conhecimento, pressupondo sujeitos comprometidos com a evolução teórica e tecnológica da sua área de atuação. Desta forma, o evento visa divulgar, refletir e discutir as novas tendências da gestão arquivística e da gestão da informação, integrando seus diversos atores: docentes, discentes, gestores, técnicos, profissionais e comunidade em geral.

Desde a década de 70 o Brasil tem por tradição realizar congressos nacionais de arquivologia. Mas foi o ano de 2004 que ficou marcado em virtude da sequência dos congressos sofrer alteração.

Assim, o I Congresso Nacional de Arquivologia - CNA se realizou na cidade sede do governo federal, Brasília em 2004, tendo como tema “Os arquivos no século XXI”.

O II CNA, se realizou na acolhedora cidade de Porto Alegre em 2006, tendo como tema “Os desafios do arquivista na sociedade do conhecimento”. Este encontro foi um marco para o arquivologia nacional pois neste congresso se criou a Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia, a ENARA, que desde então, passou a organizar os CNAs junto com a associação regional do estado sede do congresso.

O III CNA se realizou na cidade maravilhosa do Rio de Janeiro em 2008, tendo como tema “A Arquivologia e suas múltiplas interfaces”.

O IV CNA se realizou na linda cidade de Vitória em 2010, tendo como tema “A gestão de documentos arquivísticos e o impacto das novas tecnologias da informação”.

O V CNA se realizou na bela cidade de Salvador em 2012, tendo como tema “Arquivologia e internet”.

E agora, o VI CNA, em 2014, se realiza no coração do Rio Grande do Sul, em Santa Maria. É o primeiro congresso nacional que ocorre em uma cidade que não é uma capital, e que nos enche de orgulho poder sediar e acolher estes profissionais que aqui chegam para discutir e compartilhar conhecimentos da Arquivologia.

O VI CNA conta com sessões plenárias apresentando temas como “A Diplomática Contemporânea e a Epistemologia da Arquivologia”, “Inovação em acesso e preservação digital” e “Avaliação de documentos: metodologia, procedimentos e implicações”. O evento conta também com quatro mini-cursos: “Preservação digital”, “Diplomática contemporânea”, “O documento arquivístico digital” e “ISO30300” com ministrantes do Brasil, Espanha e Portugal, além das comunicações orais e apresentação de pôsters.

As apresentações foram divididos por eixos temáticos: Epistemologia da Arquivologia e formação profissional, Inovação e sustentabilidade em arquivos, Acesso à informação, Documentos arquivísticos digitais, Patrimônio Documental e memória e Gestão Documental.

## A AARS

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), criada em 1999, surgiu a partir da extinção dos Núcleos da Associação dos Arquivistas Brasileiros em julho de 1998, quando os associados do Núcleo Regional do RS se reuniram e, após muita discussão, aprovaram a constituição de uma associação estadual. Na ata de fundação, constavam 32 associados, que, com muita disposição, conseguiram criar uma entidade forte e reconhecida nacionalmente. A Associação é dirigida por uma diretoria eleita por dois anos.

Atualmente, a AARS conta com mais de 270 associados, já foi representante das associações de classe no Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) e Coordena a gestão da Executiva Nacional de Associações de Arquivologia do país até a realização do VI CNA. No ano de 2007, a AARS conseguiu sua inscrição na Seção de Associações Profissionais - SPA, do Conselho Internacional de Arquivos CIA. Em 2006, a Associação promoveu o II Congresso Nacional de Arquivologia, com aproximadamente 500 participantes. E hoje, mais uma vez reafirma sua dedicação em prol dos profissionais arquivistas.

A Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul tem por objetivos: a) promover a defesa dos interesses dos profissionais que atuam na área da arquivologia; b) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural dos profissionais de arquivo; c) cooperar com os órgãos governamentais e entidades nacionais e internacionais; públicas e privadas, em tudo que se relacione com arquivos; d) promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico, por meio de estudos, congressos, conferências, exposições, cursos, seminários, mesas redondas, e outras atividades; e) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; f) participar dos eventos que se relacionem com as atividades da área; g) colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, no desenvolvimento de políticas de arquivo; g) a representação judicial ou extrajudicial dos associados mediante autorização da Assembleia Geral.

A atual diretoria da AARS tomou posse em 29 de julho de 2013, e tem seu mandato até julho de 2015. Além das atividades de defesa profissional, como divulgação da regulamentação da profissão, intervenções em concursos irregulares com vagas para arquivista, cursos de capacitação e treinamentos, a AARS enfrenta em 2014 um novo desafio. Após sediar em 2006 o então II Congresso Nacional de Arquivologia, a AARS recebe novamente o evento, porém na sua VI edição.



# **COMUNICAÇÕES ORAIS**

**EIXO:**

**EPISTEMOLOGIA DA  
ARQUIVOLOGIA E  
FORMAÇÃO  
PROFISSIONAL**

## A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS NA FORMAÇÃO DO ARQUIVISTA

Gláucia Aparecida Vaz<sup>45</sup>  
Carlos Alberto Ávila Araújo<sup>46</sup>

### Resumo

Este trabalho é parte de um projeto de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais. Este estudo busca demonstrar, de acordo com as atribuições dos arquivistas, sua formação profissional e práticas profissionais, de que forma as abordagens dos “Estudos de Usuários” podem contribuir para melhoria dessas práticas. Procura demonstrar as mudanças de seu papel dentro da sociedade diante de novas demandas informacionais. Abre reflexões sobre a Lei de acesso e a realidade brasileira. Apresenta um histórico dos estudos de usuários dentro da Arquivologia, e procura demonstrar as contribuições desta disciplina para a efetividade das políticas de acesso.

**Palavras-chave:** Arquivologia. Estudo de Usuários. Políticas de Acesso. Formação do Arquivista.

## THE IMPORTANCE OF USERS STUDIES FOR ARCHIVIST’S PROFESSIONAL DEGREE

### Abstract

This paperwork is part of a master’s degree project in Information Science, at the Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). The study aims to demonstrate, accordingly with the archivists’s powers, their professional degree and practices, in which way the approaches from the “Users Studies” can contribute to upgrade the same practices. Aims to show the changes in their role among the society, facing new informational demands. It opens reflections regarding the Access Law and the Brazilian reality. Introduces a historic of the users studies inside the archivology, and tries to demonstrate this field’s contributions for the effectiveness of the access’s policies.

**Key Words:** Archivology. Users Studies. Access’s Policies. Archivists formation.

### 1 Introdução

O presente trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado em Ciência da Informação na Universidade Federal de Minas Gerais, onde aqui serão

---

<sup>45</sup> Mestranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Minas.

<sup>46</sup> Professor Associado da Escola de Ciência da Informação da Universidade Federal de Minas Gerais.

apresentados os resultados encontrados de sua parte teórica. Segundo Duranti (2003),

[...] em outros tempos eram discutidos como os cursos de arquivologia se preocupavam com a qualidade dos suportes dos documentos (como por exemplo, a acidez do papel) e o volume crescente dos mesmos. Desta maneira os cursos eram voltados para a conservação de documentos. A educação era baseada na identificação, ordenação e descrição de documentos antigos e a maioria dos professores não acreditavam que esse paradigma mudaria, pois não acreditavam na necessidade de uma investigação teórica dentro da arquivologia. (DURANTI, 2003, p. 72, tradução do autor<sup>47</sup>).

Neste período de transição, as discussões sobre a composição curricular dos cursos de Arquivologia no Brasil, tem se tornado cada vez mais frequentes.

As reflexões dos currículos dos cursos de Arquivologia no Brasil iniciaram-se em 1995, na I Reunião Brasileira de Ensino em Arquivologia, coordenada por José Maria Jardim, que mais tarde transformou-se em Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (REPARQ's) que teve sua primeira edição em 2010, retomando as discussões sobre composição do currículo e formação profissional.

Desde então inúmeros estudos sobre o tema foram realizados. Foi realizada uma revisão de literatura dos principais estudos sobre o tema, procurando observar a presença de disciplinas voltadas para os “Estudos de usuários”. Percebeu-se que esta disciplina é oferecida em poucos cursos, em alguns compondo um “tronco comum” com o curso de Biblioteconomia, deixando de abordar necessidades específicas dos usuários de arquivos. É importante destacar que grande parte dos cursos ainda está concentrado nas reformas de seus currículos, buscando uma “harmonização” entre os cursos em todo o país, respeitando as especificidades regionais.

Foram consideradas também para a composição dessa pesquisa as leis nacionais referentes a regulamentação da profissão de arquivista (Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978); a lei de acesso (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011); a lei de arquivos (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991); a Declaração Universal dos direitos Humanos, onde aparece pela primeira vez a garantia de acesso à informação como direito fundamental, e as disposições da Constituição Federal sobre o tema. Foi dada especial atenção dentro da legislação, às disposições que

---

<sup>47</sup>DURANTI, 2003, p. 72. Original língua inglesa.

apontam os arquivos e os arquivistas como promotor de cidadania, devendo estar integrado ao ambiente que o cerca.

Neste estudo busca-se demonstrar, de acordo com as atribuições dos arquivistas, sua formação profissional e práticas profissionais, de que forma as abordagens dos “Estudos de Usuários” podem contribuir para melhoria dessas práticas.

Discute-se sobre o arquivista, e as funções atribuídas ao profissional, e de que forma seu papel foi se transformando dentro da sociedade. A partir daí aborda-se os seus diversos campos de atuação profissional, que se concentra hoje, em grande parte, na administração pública. Busca-se compreender as questões relacionadas ao acesso aos arquivos, a partir do conhecimento da legislação mundial e brasileira a respeito do direito ao acesso à informação. A partir das leis é possível identificar de que forma o acesso é realizado na prática no Brasil.

É apresentado também um histórico sobre os estudos de usuários na arquivologia com a questão da abertura dos arquivos até a consolidação de uma lei de acesso, relacionando esta evolução desde os seus primeiros estudos na década de 1960 até o estado do pensamento atual na área.

A partir dessas discussões são apresentadas reflexões sobre como os “Estudos de usuários” podem contribuir para a efetivação de uma política de acesso.

## **2 A formação do arquivista no Brasil**

A profissão de arquivista surgiu inicialmente para facilitar o acesso aos documentos, à informação, ainda que sua função estivesse vinculada fundamentalmente à custódia de documentos, sendo, inclusive reconhecida como homem-arquivo ou arquivo-historiador (Duchain, 1991). Segundo Peter Horman:

[...] um arquivista não é exatamente um profissional da informação, o trabalho arquivístico não é exatamente dar acesso á informação senão dar acesso ao registro, à prova. E isso é mais que informação. Isso é prova registrada das atividades dos organismos públicos ou das organizações privadas. (HORSMAN, 2002, p.48).

Segundo Murilo Cunha “uma profissão existe porque existe uma necessidade social que deve ser cumprida” (CUNHA, 1981, p.155). Logo, pode-se entender que

também a Arquivologia tem seu papel perante a sociedade, as profissões são legitimadas pelo trabalho que prestam a uma comunidade, e esta lhe devolve o reconhecimento.

Atualmente o que se encontra no mercado de trabalho são atividades ligadas às práticas inerentes à gestão de documentos, o que revela uma grande preocupação com o tratamento dos documentos, mas também com o seu acesso. O arquivo trata os documentos para que eles possam ser acessados. No âmbito acadêmico, conforme Bellotto,

[...] muitos dos especialistas que têm se preocupado com a formação e o desenvolvimento profissional do arquivista, em âmbito internacional são unânimes em reconhecer as deficiências da formação, falta de relação entre o mercado de trabalho e o mundo universitário, assim como apontar as fraquezas internas da profissão advindas não só da debilidade de formação, mas também da carência da maior consolidação das teorias, das normas, da evolução vertiginosa das novas tecnologias não acompanhada pelo mesmo ritmo no ensino e aprendizagem. (BELLOTTO, 2004, p. 53).

### **3 O Arquivista**

O termo remonta ao surgimento dos arquivos. No entanto, a literatura arquivística apresenta alguns conceitos que definem o arquivista e seu exercício laboral. O código de ética profissional proposto pelo Conselho Internacional de Arquivos, CIA, o define como “todo aquele que atua no controle, no cuidado, conservação e administração de documentos” (1996, p. 1). Segundo Duchein (1999),

O arquivista é um gestor da informação e todas as suas tarefas estão orientadas para satisfazer as necessidades informativas, de modo que a administração desenvolva suas funções com rapidez, eficiência e economia, para salvaguardar direitos e deveres das pessoas, conteúdos nos documentos, e para fazer possíveis a pesquisa e a difusão cultural. Em resumo, é um instrumento para o bom funcionamento de qualquer organização, cuja tarefa - a gestão dos recursos informativos dos documentos - resulta tão vital como a gestão dos recursos humanos, financeiros e materiais. (DUCHEIN, 1999, p. 13-14).

Nesta definição de Duchein fica evidente a função social do profissional arquivista não somente na difusão e no acesso à informação, mas também de garantir o exercício de cidadania quando garante o cumprimento dos direitos e deveres das pessoas. Algumas definições às vezes se prendem muito em

características direcionadas apenas para o viés tecnicista da profissão, mas dentro das atividades desenvolvidas pelos profissionais, elas não são mais suficientes. A organização ou o tratamento dos documentos é essencial dentro do sistema de arquivo, mas não é suficiente para caracterizar a Arquivologia e sua função.

A vinculação no passado da Arquivologia com a história favoreceu a elaboração de um perfil de arquivista como guardador de documentos. Em 1993 Duchein rejeita essa ideia e diz que,

Uma formação puramente histórica já não é certamente, suficiente para exercer a profissão de arquivista, sobretudo se dispõe a gerenciar arquivos modernos. Por outro lado, um arquivista não pode deixar de ter uma boa base histórica concernente, no mínimo, à instituição ou às instituições nas quais vai classificar os arquivos. [...] A formação profissional ideal do arquivista deve então unir, e não contrapor, os dois aspectos - "histórico" e "modernista". (DUCHEIN, 1993, p. 28-29).

Então o que se busca hoje na Arquivologia é uma união com os conhecimentos históricos e não uma subordinação à história. O Arquivo Nacional do Brasil, em sua terminologia arquivística o define como "profissional de nível superior, com formação em arquivologia ou experiência reconhecida pelo estado" (JARDIM, 2004, p. 9). Ao longo do tempo o profissional experimentou alterações em suas atribuições. Além da sua função como gestor, Souza (2011, p. 51), destaca que "além disso exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários". Novamente fica destacada a função social que existe atrás das funções de gestão de documentos.

Dentre as atribuições ao profissional arquivista definidas pela lei 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamenta a profissão, existe um item que revela mais uma vez o trabalho integrado entre o profissional arquivista e a comunidade ao qual atende, que se segue: "desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes" (BRASIL, 1978). Este item reafirma a necessidade do arquivista desenvolver não apenas um trabalho técnico, mas necessita de dominar conceitos sobre cultura, memória e patrimônio para que possa ter a sensibilidade necessária para tratar e conservar documentos importantes para a manutenção de processos e costumes de uma comunidade.

A Arquivologia passa por uma mudança de paradigma que segundo Souza (2011),

[...] se anteriormente o perfil exigido era eminentemente técnico, inclusive com a primazia de uma função de guardador da informação, atualmente os arquivistas além das qualidades apresentadas, devem ter um perfil com competência para as tecnologias da informação e atuar, fundamentalmente, como disseminadores das informações. (SOUZA, 2011, p. 76).

#### **4 Áreas de atuação profissional do arquivista**

Os espaços de trabalho estabelecidos, pelas instituições formadoras do profissional de arquivo estão definidos nas diversas categorias dos arquivos, seja pelo gênero documental, gênero audiovisual ou pela natureza dos acervos, arquivos médicos, de engenharia e outros. Além disso, os arquivistas também atuam nos arquivos eclesiásticos, históricos, fotográficos, contábeis e outros fundamentalmente do âmbito público, ainda que também na iniciativa privada e nos arquivos pessoais. É uma profissão que conta com um mercado de trabalho em expansão. “O profissional arquivista atua em instituições públicas e privadas, sendo capaz de interpretar e interagir com as diversas realidades organizacionais, no sentido de facultar o acesso a toda e qualquer pessoa” (SOUZA, 2011, p.70).

De acordo com Souza (2011, p.70), as funções atribuídas aos arquivistas são:

- A direção de serviços de arquivos, tanto históricos como das grandes unidades administrativas, ou das seções dos arquivos centrais ou nacionais;
- A responsabilidade da política geral em matéria de arquivos;
- O desenvolvimento dos métodos de seleção de documentos;
- A planificação dos trabalhos de classificação, inventário e descrição dos arquivos;
- A coordenação dos trabalhos que se realizam nos arquivos com os serviços de administração e da investigação científica.

No cenário internacional, o “Informe sobre los archivos de La Unión Europea ampliada: esfuerzo de La cooperación em el dominio de los archivos em Europa: plan de acción”, aprovado em 2005 e elaborado por um grupo de especialistas dos países-membros da União Europeia, apresenta como competência para o arquivista do século XXI:

- Conhecimento profundo dos requisitos básicos sobre a gestão dos documentos durante todo o seu ciclo de vida, incluindo a conservação preventiva;
- Capacidade de aproveitar as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC);
- Conhecimento das estruturas orgânicas, dos procedimentos, dos sistemas administrativos e dos documentos produzidos por uma organização;
- Conhecimento acerca da história das instituições e da evolução da administração;
- Aperfeiçoamento contínuo de suas capacidades de comunicação;
- Conhecimento de duas ou mais línguas da União Européia;
- Capacidade de abertura a uma colaboração interdisciplinar com profissionais de outras áreas a nível de União Europeia.(SOUZA, 2011, p.72).

De maneira geral, as oportunidades no mercado de trabalho têm se ampliado, e o reconhecimento de suas atribuições começa a mostrar um avanço significativo, principalmente nas últimas décadas.

Os estudos de usuários e uso da informação arquivística estão inseridos no processo de gestão de documentos. Nessa mudança de paradigma em que o arquivo deixa de se preocupar apenas com a guarda e ganha o papel de “difusor” da informação. É exatamente neste ponto que os estudos de usuários podem ajudar de forma significativa na difusão da informação dos arquivos.

Se anteriormente o perfil exigido era eminentemente técnico, com ênfase na função de guardador da informação, atualmente os arquivistas além das qualidades apresentadas, devem ter um perfil com competência para as tecnologias da informação e atuar, fundamentalmente, como disseminadores da informação.

## **5 O acesso aos arquivos**

O objetivo é o uso. Precisamos estar sempre atentos a esse fato. Identificação, aquisição, descrição e todo o resto são simplesmente os meios que usamos para atingir essa meta. Eles são ferramentas. Precisamos empregar todas essas ferramentas habilmente, mas se, após avaliar meticulosamente, arranjar,

descrever e conservar nossos documentos, ninguém vem para usá-los, então nós desperdiçamos nosso tempo (COUTURE, 2003, p. 379).

De acordo com Costa (2011, p. 22), “o acesso é elemento indispensável para se compreender a relação entre instituição arquivística e usuário”. Taylor (1984) considera que o mais importante serviço de uma instituição arquivística pode proporcionar é a disponibilização dos materiais demandados pelo usuário.

Os arquivos nasceram com a força de uma representação da herança cultural de uma nação (os arquivos nacionais) e com a promessa de preservação dos registros dos acontecimentos “do presente e do futuro”, evitando assim, que se somassem á coleção de ruínas do passado. “O respeito creditado aos arquivos nacionais advém da função de guardião de dos documentos produzidos pelo estado, por conseguinte, responsável pela proteção dos direitos e interesses do povo neles registrados” (COSTA, 2011, p. 23).

Silva *et al.* (1999), ao mesmo tempo em que conferem à Revolução Francesa a autoria da abertura dos arquivos ao cidadão, afirmam que a lei não foi seguida de imediato pela prática. Segundo Silva *et al.* (1999),

[...] é, com efeito, uma ordem nova que nasce para os arquivos, se bem que, como vimos, não isenta de contradições e de aplicação não imediata, pois só em meados do século XIX surgem, de fato, salas para consulta nos arquivos, requisito de certo modo imposto pelas necessidades da ciência histórica. (SILVA *et al.*, 1999, p. 102).

Os historiadores e os processos de investigação histórica “pressionaram” a abertura dos arquivos para consulta à suas coleções. O interesse cultural foi o baluarte dos historiadores para impor a abertura dos arquivos. A partir de 1830, a École des Chartes abriu cursos de paleografia e diplomática promovendo o que Silva *et al.* (1999) denominaram “movimento de renovação da historiografia [...] e graças aos qual se assiste a uma forte valorização das fontes históricas e da pesquisa nos arquivos” (SILVA *et al.*, 1999, p. 108). Segundo Costa (2011),

[...] até a primeira metade do século XX não se observam mudanças substantiva com relação à abertura dos arquivos ao público. O direito à informação só foi cogitado em 1948, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Assembléia Geral das Nações Unidas. (COSTA, 2011, p. 24).

Conforme o artigo 19 da Declaração Universal do Direitos Humano, de 10 de dezembro de 1948 “Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão;

este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

A lei, então tira o privilégio de consulta apenas aos historiadores e garante à todos os povos conhecer o conteúdo dos documentos produzidos e preservados pelo Estado. Especialmente a partir dos anos 1960, as instituições arquivísticas passaram por um novo desafio. O grande público começa a manifestar um crescente interesse por documentos antigos existentes nesses repositórios. À medida que o cidadão começa a conhecer e exercer os seus direitos, aumenta no cenário mundial a propagação e o consumo da informação. Duchein (1983, p. 9), conceituou esse novo “personagem” da seguinte maneira; por “grande público”, nós entendemos que são todos aqueles que não são historiadores profissionais ou amadores, nem estudantes, nem interessados profissionalmente pelos arquivos: é como são chamados, numa expressão familiar e simpática, “o homem da rua”.

A Declaração dos Direitos do Homem representou a formalização legal do acesso à informação, porém, ainda ficou a cargo de cada nação regulamentar como se dará o acesso. O acesso passa a ser então um “acordo” estabelecido entre o Estado e o povo.

Mas, de modo geral, de acordo com Costa (2011, p. 24), quando se fala de “acesso a informações de arquivo, o direito do cidadão encontra limitações em todos os países, uns mais, outros menos”. Segundo Duchein (1983, p. 7), as restrições mais comuns decorrem de obrigações do Estado, tais como:

- Resguardar o direito dos cidadãos a respeito de sua vida privada;
- Proteger a segurança dos estados e suas relações multilaterais e bilaterais;
- Garantir ordem pública e a segurança dos cidadãos e, em particular, de perseguir os culpados por crimes e delitos e impedir-lhes que prejudiquem a sociedade;
- Proteger a propriedade intelectual;
- Proteger o segredo industrial e comercial;
- Em se tratando de arquivos privados, garantir o direito de livre uso dos bens privados por seus proprietários.

Diferentemente de registros documentais encontrados em bibliotecas e museus, os documentos de arquivo produzido por autoridade pública no

exercício de suas funções deve ser administrado pelo Estado. Compete então ao Estado interferir na administração desses documentos sob o argumento da proteção a intimidade, ao bem-estar do cidadão, da defesa nacional e da propriedade intelectual. Os arquivos públicos são gerados primeiro por necessidades administrativas e de governo e não para servir de fonte de informação à terceiros. Então, de acordo com este raciocínio, a função de disponibilizar informação para a população seria uma função secundária dos arquivos. (COSTA, 2011, p. 24).

Antes da Segunda Guerra Mundial, a maioria dos países adotava prazos de manutenção de sigilo variando entre cinquenta anos, sessenta ou mais. Após a Segunda Guerra os arquivos se viram forçados a avaliar suas restrições de acesso. Alguns elementos impulsionaram esse processo de abertura dos arquivos, de acordo com Duchein (1983, p. 5):

- A mudança temática dos estudos históricos, cada vez mais interessados em eventos ocorridos em épocas recentes;
- O desenvolvimento dos métodos da pesquisa quantitativa (história demográfica, história econômica, etc.), exigindo a consulta de uma massa de documentos para extração de dados numéricos mensuráveis;
- O crescente interesse em aspectos econômicos e sociais da história, despertando a consulta a arquivos de empresas, associações, sindicatos, até então pouco conhecidos e pouco procurados;
- A ampliação das relações internacionais e intercontinentais, influenciando os deslocamentos de pesquisadores de um país a outro e cobrando dos arquivos adaptações para atender o pesquisador estrangeiro;
- A emergência progressiva, especialmente a partir dos anos 1960, da noção de direito à informação, como um direito democrático de todo cidadão;
- A expansão dos estudos históricos, em contrapartida, trazendo o risco de deterioração dos documentos nos arquivos, devido ao grande número de manipulação;
- Enfim, os progressos tecnológicos, colocando possibilidades inéditas de preservação dos documentos e acesso aos arquivos.

Quando o Arquivo Nacional foi criado no Brasil em 1891, a lei não previa demarcar uma consciência de preservação do patrimônio nacional. A proteção dos documentos históricos só veio a ser mencionada nas Cartas Constitucionais de 1934 e 1937. A defesa dos direitos dos cidadãos e esclarecimentos junto à administração pública, só apareceu mais tarde, nas leis de 1946 e de 1967. Mas, o “cidadão brasileiro teve que aguardar até o final do século XX para exercer seus direitos” (COSTA, 2011, p. 26). Em 1988 foi promulgada a Constituição que garantiu de fato a cidadania do povo brasileiro, com a seguinte redação:

De acordo com o artigo. 5º da Constituição Federal Brasileira, de 1988, dos direitos e garantias fundamentais são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. No inciso XXXIII deste artigo prevê que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo, ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo sejam imprescindíveis à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Com base na Constituição de 1988, Bastos e Araújo (1989), criaram um quadro com o objetivo de demonstrar as garantias reais de acesso possíveis de acordo com a legislação brasileira:

Quadro 1 - Realidade jurídica documental, com base na Constituição da República Federativa do Brasil

<b>Tipo</b>	<b>Característica</b>	<b>Acesso</b>
Arquivo de documentos governamentais	Documentos produzidos por autoridade pública	Consulta franqueada nos termos da lei
Arquivo de documentos patrimoniais(de valor histórico)	Documentos públicos de importância histórica produzidos por autoridade pública	Acesso pleno(constitucional)
Arquivo público de informações cadastrais privadas	Cadastro de referência de atos individuais privados de efeitos públicos	Sigiloso Acesso ao cadastro
Arquivo público de informações de interesse para a segurança do Estado e da sociedade	Cadastro de referência e dados do governo	Sigiloso
Banco de dados de informações cadastrais privadas	Cadastro de caráter público sobre atos individuais privados de efeitos sociais	Sigiloso Aberto ao cadastro

Fonte: BASTOS; ARAÚJO, 1989, p. 27.

A Constituição Federal garante ao cidadão informações de interesse particular, coletivo ou geral, ressalvados aqueles cujo sigilo seja imprescindível à segurança do Estado.

De acordo com Costa (2011):

O Brasil segue a orientação, pelo menos em lei, dos países que consideram que os documentos depositados nos arquivos públicos ou arquivo de documentos patrimoniais, gozam de acesso pelo. Quanto ao acesso aos arquivos correntes (arquivo de documentos governamentais, arquivo de informações cadastrais privadas, de interesse para a segurança do Estado e da sociedade, informações cadastrais privadas) a Lei preconiza, no Art. 252, parágrafo 2, que fica a cargo da administração pública a definição dos critérios para franquear a consulta os que dela necessitam. (COSTA, 2011, p. 26).

Duchein (1983 *apud* COSTA, 2011, p. 27) denomina de condições materiais, e enumera alguns fatores que dificultam ou impedem o acesso aos arquivos públicos:

- A necessidade de conservar em bom estado o documento de arquivo;
- A limitação de fornecimento de cópias a fim de proteger esse material;
- A dificuldade de se elaborar instrumentos de pesquisa suficientemente pormenorizados para que todos possam tomar conhecimento da existência do arquivo e de seu conteúdo;
- A limitação de dias e horários para funcionamento das salas de consulta e número insuficiente de empregados destinados ao atendimento do usuário;
- O difícil manejo de equipamentos necessários para consultas à documentação especial, como, por exemplo, leitoras de microfilmes.

Conforme observamos, as restrições podem ser reduzidas ou ampliadas em razão da existência ou ausência e padrões de gerenciamento informacional, bem como da disponibilidade de recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Honório e Damasceno (2006 *apud* COSTA, 2011, p. 28) consideram prejudiciais os limites burocráticos a que são submetidos os arquivos públicos tais como: horário de atendimento limitado ao horário comercial; deficiência dos instrumentos de controle intelectual dos fundos arquivísticos depositados nos arquivos permanentes; deficiências na interação entre arquivo público, custodiador

dos documentos de valor permanente, e administração pública produtora e responsável pelos documentos em fase corrente e intermediária; falta de espaço físico e condições adequadas de armazenamento e preservação; carência de infraestrutura para atendimento ao usuário. Costa (2011), ainda destaca que se soma a esses fatores a falta de infraestrutura dos arquivos públicos, comum em países como o Brasil, para a organização dos seus acervos.

Outro fator importantíssimo levantado por Costa (2011) é a falta de habilidade do usuário em utilizar os instrumentos de recuperação da informação nos arquivos: guias, catálogos, inventários e índices. Esses instrumentos de pesquisa são obras complexas, especializadas e de difícil elaboração a ponto de não serem inteligíveis aos usuários de arquivo. É por isso que o arquivista deve se sentir responsabilizado por essa incompreensão das ferramentas que elabora. Cabe ao profissional de arquivo, o treinamento do seu usuário para possibilitar que ele tenha acesso pleno à todas as informações disponíveis.

É por isso que todas essas,

[...] dimensões emergentes no campo da arquivística impelem as instituições a extrapolar os limites da preservação dos direitos, do saber e da memória registrados e alcançar a esfera da exploração da informação e divulgação, de fato, em meios de ampla propagação (COSTA, 2011, p. 30).

## 6 Os Estudos de usuários na Arquivologia

A discussão sobre os usuários em arquivos começou na década de 1960, sendo discutido em três grandes eventos: Conselho Internacional de Arquivos: o Congresso Extraordinário, realizado em Washington, em 1966; a X Conferência da *TableRounde*, que ocorreu em Copenhague, em 1967; e o VI Congresso Internacional, que aconteceu em Madri no ano de 1968 (SILVA *et al.*, 1998). E ganhou força na década seguinte. Mas mesmo assim, duas décadas depois, a temática continuou sendo muito pouco expressiva no âmbito do conhecimento científico gerado na Arquivologia.

Segundo Araújo (2013), na década de 1980, basicamente duas linhas de pesquisa se delinearam. Por um lado, desenvolveram-se estudos para garantir maior acesso aos documentos arquivísticos, por meio da eliminação de barreiras

(DUCHEIN, 1983), criação de instrumentos de recuperação (DOOLEY, 1992 *apud* ARAÚJO, 2013), e maior conhecimento dos interesses dos públicos (PUGH, 1991 *apud* ARAÚJO, 2013). De outro lado, desenvolveu-se um conjunto de estudos que buscaram perceber, na prática de estudos com usuários, uma reorientação da prática profissional como um todo, de forma a que os resultados desses estudos interferissem nas demais ações e práticas arquivísticas (JIMERSON, 1990 *apud* ARAÚJO, 2013). Essas duas linhas acabaram por aproximar os arquivos das temáticas de necessidade de informação.

De acordo com Ávila e Souza (2011),

[...] essa aproximação dos estudos de usuários de arquivo com a Ciência da Informação deu-se com grande ênfase em relação aos estudos sobre comportamento informacional, gerando inclusive abordagens específicas a partir de progressiva consolidação das tipologias de usuários: Essencialmente, a literatura arquivística classifica três grupos distintos de potenciais usos dos registros orgânicos: a) acadêmico-científico; b) administrativo; e c) popular. (ÁVILA; SOUZA, 2011, p. 43).

De acordo com Jardim (1999), em relação a essa mudança de paradigma:

- O conceito de "lugar" torna-se secundário para o profissional da informação e para os usuários;
- Onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação;
- A ênfase na gestão da informação desloca-se do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação, dos sistemas para as redes;
- Instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhe são históricas e superam outras;
- Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (aos menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e provocam a realocação ou supressão de fronteiras que demarcam tais espaços;
- Emergem espaços informacionais virtuais (bibliotecas, arquivos. etc.) cuja existência, longe de excluir as instituições documentais tradicionais, sugere-lhes novas possibilidades de gestão da informação.

Segundo Jardim e Fonseca (2004), do ponto de vista dos impactos deste contexto no universo arquivístico, alguns autores sugerem que não apenas necessitamos nos movermos em direção a um paradigma da pós-custódia arquivística, mas também partirmos do modelo "arquivos direcionados para os arquivistas" para "arquivos direcionados para os usuários". É cada vez mais ressaltado que arquivistas não servem aos arquivos, mas à sociedade e seus diversos agentes. No último Congresso Internacional de Arquivos de 1996, assinalava Ketellar:

Aquí estamos nós, 2500 arquivistas juntos, conversando um semana inteira sobre a nossa profissão. Mas onde estão os usuários, nossa razão de ser? Eles estão do lado de fora, num mundo que nós não podemos ver porque não há janelas, não há janelas neste salão, não há janelas nos depósitos arquivísticos, não há janelas em nosso pensamento profissional. (CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 1996).

Esta reflexão de Ketellar chama a atenção para a necessidade de uma Arquivologia cada vez mais centrada no usuário. Como lembra-nos Tálamo (1996, p. 12), "a informação é inseparável do sujeito, tanto daquele que a gera, como daquele que a transforma e a trata, como daquele que a recebe e a aplica, transformando-a ou não em outros conteúdos". De acordo com Wilson (1995) estamos efetivamente, no limite de uma necessária e vital transformação na disciplina e nas práticas arquivísticas.

Dowle (1992, p. 23) sugere uma agenda de investigação sobre a disponibilidade e uso dos arquivos: "se os arquivistas desejam compreender o mecanismo das práticas arquivísticas e as razões dos princípios e teorias, devemos dirigir nossa atenção dos acervos físicos ao uso da documentação." Na sua perspectiva, identificar não só o uso real bem como o uso potencial de arquivos ("comunidade de usuários") é fundamental: "as perguntas colocadas pelos usuários, os métodos que utilizam e inclusive os usos potenciais são tão importantes como o conhecimento sobre o que realmente se utiliza".

Outro fator importante é em relação às definições do termo usuários na Arquivologia. Diferente da biblioteconomia e da documentação, o próprio arquivista em alguns casos é considerado também como usuário, o que Silva (2011) chama de "usuário do lado de dentro do balcão ou agente público", já que e muitas instituições, o arquivista realiza a função de gestor da informação, mas também é função dele

consultar as informações com o auxílio das ferramentas desenvolvidas por eles mesmos. Ao se recorrer a alguns dicionários arquivísticos nacionais, percebeu-se que o termo usuário está atrelado àqueles que consultam arquivos permanentes, conforme exposto no quadro abaixo:

Quadro 2 - Terminologia

Dicionário	Definição
Associação dos Arquivistas Brasileiros(1990)	Pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo.
Camargo e Bellotto (1996)	Pessoa que consulta ou pesquisa documentos num arquivo.
Arquivo Nacional (2005)	Pessoa física ou jurídica que consulta documentos de arquivo. Também chamada de consulente, leitor ou pesquisador.
Cunha e Cavalcanti (2008)	Pessoa que consulta os documentos de um arquivo. Erroneamente denominado leitor.

Fonte: SILVA, 2011, p. 11.

As definições apresentadas acima permitem notar que,

[...] o perfil daqueles que recorrem aos documentos de arquivo é estabelecido de acordo com a idade do documento procurado, mas pelo viés da terminologia usuário. Aqueles que recorrem aos arquivos correntes e intermediários são definidos como usuários que exercem suas funções na própria instituição e que necessitam da documentação para dar continuidade as suas atividades ou para comprová-las. Já os usuários que recorrem ao arquivo permanente são em grande parte pesquisadores que buscam documentos cujo valor já não mais corresponde à finalidade para a qual foi produzido/ acumulado institucionalmente, mas sim às potencialidades informacionais vinculadas a fins científicos, sociais ou culturais. (SILVA, 2011, p. 12).

Ávila e Souza (2011), ainda apresentam de forma mais aprofundada o perfil de cada tipo de usuário de arquivo. Segundo os autores, existe um usuário interno que se caracteriza por solicitar ao arquivo o cumprimento das funções básicas que dele se espera; organizar, transferir e tornar acessível a documentação. Quanto aos usuários externos, são definidas quatro categorias: os investigadores profissionais, os investigadores aficionados, os estudantes e os cidadãos em geral.

De acordo com Ávila e Souza (2011), as concepções apresentadas para usuário na arquivística guardam uma estreita vinculação com o receptor dos documentos da fase permanente. Borrás (2001) assevera que estas concepções acabam por não fazer menção a outras categorias de usuários externos e, sobretudo, excluem os próprios produtores dos documentos ou usuários internos da organização. Borrás (2001) aprofunda as definições sobre os usuários internos e os divide em três categorias: a) os diretores, que planejam e supervisionam os procedimentos administrativos; b) os responsáveis pelas unidades administrativas, que coordenam junto com os arquivistas os sistemas de gestão de documentos, e; c) aqueles que executam diretamente a implantação da gestão. Ainda segundo Borrás, o arquivista deve coordenar suas ações em conjunto com todos esses atores do ambiente interno.

No contexto atual em que vivemos, a valorização da informação traz uma exigência ao arquivista: não vincular os serviços do arquivo apenas aos documentos permanentes, mas também aos documentos correntes e intermediários.

A utilização dos estudos de usuários nos arquivos pode ajudar de forma bastante significativa no avanço das discussões sobre o acesso. A afinidade entre arquivista e usuário se estabelece no atendimento direto realizado pelo profissional, seja na sala de consulta, no atendimento à distância, por meio de telefone, correio, correio eletrônico ou fax; na disponibilização dos documentos para consulta; na reprodução e no empréstimo de documentos. Nestes contatos o arquivista deve estar atento às manifestações do usuário e fazer bom uso delas. De acordo com Couture (2003),

[...] além da atenção ao usuário que se dirige ao arquivo, o arquivista deve implementar ações de difusão, acenando para um público potencial. Para tanto, o profissional que lida com público deve atuar na promoção de conferências e palestras relativas aos arquivos e a sua utilização, organizar workshops sobre metodologia de pesquisa, preparar exposições, etc. (COUTURE, 2003, p. 374).

O profissional do arquivo deve também ter uma boa fluência na sua comunicação com o usuário. Essa capacitação deve incluir:

[...] o desenvolvimento de uma percepção holística do indivíduo para a interpretação das suas necessidades de informação; o aprimoramento da capacidade de percepção do mundo de informações em que o atendente está inserido e o estímulo à compreensão do universo que está do lado de fora do balcão de atendimento, pois é nesse espaço externo que são

forjadas as lacunas, dúvidas e a demanda pela informação. (COSTA, 2011, p. 29).

Os estudos de usuários surgem então, de acordo com Figueiredo (1994), com os seguintes objetivos:

- Verificar por que, como e para que os usuários usam a informação;
- Verificar quais fatores afetam o contexto de uso destas informações; e,
- Prever a demanda de informações e realizar mudanças no sistema informacional de modo a agilizar o atendimento.

Diante de todos os fatores, objetivos, métodos e soluções apresentados pelos estudos de usuários, pode-se dizer que sua metodologia pode fazer avançar as questões sobre o acesso aos arquivos. Saindo do papel e sendo de fato aplicadas, garantindo os direitos previstos aos cidadãos.

### **Considerações finais**

A profissão de arquivista, desde sua regulamentação em 1978, passa por diversas transformações, buscando atender as demandas de uma nova sociedade. Uma sociedade que quer informação não apenas como forma de aprendizado ou produção de conhecimento, mas como ferramenta fundamental no exercício da cidadania.

A arquivística, chamada de pós-custodial, em que surge em função da abertura dos arquivos, vem exigir do arquivista uma postura não apenas de gestor de documentos, mas de difusor da informação. A Lei De Acesso, aprovada em 2011, foi um grande passo, mas ainda não garante de forma efetiva, o acesso à informação para cada tipo de usuário do arquivo. Cabe ao arquivista se conscientizar da necessidade de estreitar sua relação com o usuário no momento da busca do documento, e treiná-lo a utilizar as ferramentas de busca.

Apesar de ainda não haver uma uniformidade nos currículos de Arquivologia no ensino da disciplina “Estudos de Usuários”, o trabalho deixa claro que é necessário abrir espaço para maior discussão do tema, para que sejam desenvolvidos métodos específicos às necessidades da Arquivologia.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação da UFRGS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ASSOCIAÇÃO DE ARQUIVISTAS QUEBEQUENSES. Disponível em: <<http://www.archivistes.qc.ca/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

ÁVILA, Rodrigo Fortes de; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A aporia dos estudos de comportamento informacional na arquivística. **Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n. 1, p. 41-53, jan./jun., 2011.

BASTOS, Aurélio Wander Chaves; ARAÚJO, Rosalina Corrêa de. A legislação e política de arquivos no Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 4/5, n. 2/1, p. 19-13, jul./dez., 1989 / jan./jun., 1990.

BELLOTTO, Heloísa L. Os desafios da formação profissional dos modernos arquivistas. **Cenário Arquivístico**, Brasília, v. 1, p. 47-52, 2002.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. I.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 6.546 de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências. Brasília, 1978. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6546.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6546.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8159.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2014.

BORRÁS, Joaquim. Las relaciones entre archiveros y productores de documentos. **Archivo de La Universidad Pompeu Fabra**, espanã, Marzo, 2001. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/bitstream/10760/5576/1/A7-01.pdf> >. Acesso em: 15 ago. 2014.

COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2011.

COUTURE, Carol. **Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Canadá: Presses de l' Universitédu Québec, 2003.

CUNHA, M. B. . Metodologia para estudo dos usuários da informação científica e tecnológica. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 5-19, 1982.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. Paris, 1948. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

DOOLEY, J. Subject indexing in context. **American Archivist**, Chicago, v. 55, p. 344-354, 1992 *apud* ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A perspectiva de estudos sobre os sujeitos na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **Revista da Faculdade de Biblioteconomia e documentação da UFRGS**. Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 213-238, jan./jun. 2013.

DOWLE, Lawrence. Agenda de investigación sobre ladisponibilidad y uso de losarchivos. **ForoArchivístico**, Mexico, n. 4, jul./dec. 1992.

DUCHEIN, Michel. **Obstacles to the access, use and transfer of information from archives: a RAMP study**. Paris: Unesco – General Information Programm; Unisist, 1983 *apud* COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1, p. 22-31, jan./ jun., 2011.

\_\_\_\_\_. “La profesión de archivero entre el pasado y el future”.  
**Revista Catalanad’Arxivística**, Lligall. n.4,p.13-24, 1991.

\_\_\_\_\_. Archives, archivistes, archivistique: definitions et problématique. In:  
 DIRECTION DES ARCHIVES DE FRANCE. **La pratique archivistique française**.  
 Paris: Archives Nationales, 1993. p. 19-39.

FIGUEIREDO, Nice Menezes de. **Estudos de usos e usuários da informação**.  
 Brasília: IBICT, 1994.

HONORIO, Cristiane da Cruz; DAMASCENO, Elizabeth Abreu. O direito á  
 informação e os métodos de divulgação de arquivos e seus acervos. In  
 CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, II, 2006, Porto Alegre. **Anais...**  
 Porto Alegre, RS, 2006 *apud* COSTA, Marli Guedes da. Acesso aos arquivos  
 públicos: aspectos jurídicos e práticos. **Cenário Arquivístico**, Brasília, DF, v. 4, n. 1,  
 p. 22-31, jan./ jun., 2011.

ICA.ORG - Conselho Internacional de Arquivos. Disponível em:  
 <<http://www.ica.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2014a.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.ica.org/12593/about-annual-conference/annual-conferences.html>>. Acesso em: 15 ago. 2014b.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de  
 acessibilidade e disseminação. Caderno de Textos. **Mesa Redonda Nacional de  
 Arquivos**, 1999. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila (org.). **A formação do arquivista no  
 Brasil**. Rio de Janeiro: EdUFF, 1999.

SILVA, Denise de Almeida. Arquivos: uma abordagem sobre o termo usuário.  
**Cenário Arquivístico**, Brasília-DF, v. 4, n. 1, p. 9-21, jan./jun., 2011.

SILVA, A. M. et al. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**.  
 Porto: Afrontamento, 1999.

SAA - Sociedade dos Arquivistas Americanos. Disponível em:  
 <<http://www2.archivists.org/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

SOUZA, Kátia Isabelli Melo de. **Arquivista: visibilidade profissional: formação,  
 associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011.

TAYLOR. Hugh A.. **Losservicios archive y el concepto de usuario: studio del RAMP.** Paris: UNESCO, 1984.

WILSON, Ian. Strategies for communication. **Journal of the Society of Archivists,** Paris, v.16, n. 1, p. 55-69, 1995.